



JUCESP PROTOCOLO
0.940.615/12-5



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E COM
GARANTIA REAL ADICIONAL PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TPI - TRIUNFO
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.**

celebrado entre

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
27 de agosto de 2012

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÕES.....	3
CLÁUSULA II REQUISITOS	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	5
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	9
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO	21
CLÁUSULA VI OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA.....	21
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO.....	23
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA.....	28
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	31
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	40
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	42
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS.....	45

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 2



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA A SER CONVOLADA EM ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA E COM GARANTIA REAL ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Pelo presente instrumento,

TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjuntos 142/143, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 03.014.553/0001-91, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento ("Emissora" ou "Companhia"); e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, na qualidade de representante da comunhão de titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 3.5.1 abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série") e dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 3.5.1 abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série, ("Debenturistas"), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinatura do presente instrumento ("Agente Fiduciário");

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "Partes" e, individual e indistintamente, como "Parte";

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar o presente "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Até Duas Séries, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Espécie Quirografária e com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A." ("Escritura de Emissão"), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÕES**

1.1. Autorização da Emissora

1.1.1. A presente Escritura de Emissão é firmada com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 24 de agosto de 2012 ("RCA"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como seus termos e condições; (b) a autorização à Diretoria da Emissora para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na RCA, em conformidade com o disposto no artigo 59, parágrafo 1º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 3



CLÁUSULA II REQUISITOS

A quarta emissão de debêntures simples, ou seja, não conversíveis em ações da Companhia, da espécie quirografária a ser convolada em espécie quirografária e com garantia real adicional, em até duas séries, da Emissora ("Debêntures"), para distribuição pública, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), nos termos desta Escritura de Emissão ("Emissão" ou "Oferta"), será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação dos Atos Societários

2.1.1. A ata da RCA será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico ("Jornais de Publicação"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura de Emissão também serão arquivados na JUCESP e publicados nos Jornais de Publicação.

2.2. Arquivamento da Escritura de Emissão na Junta Comercial do Estado de São Paulo

2.2.1. Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 e com seu parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.3.1. A Emissão será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM 400, da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM 471"), do Convênio CVM/ANBIMA de Procedimento Simplificado para o Registro de Ofertas Públicas, regulado pela Instrução CVM 471, celebrado entre a CVM e a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), em 20 de agosto de 2008, conforme alterado ("Convênio CVM-ANBIMA"), e das demais disposições legais, regulamentares e autorregulatórias aplicáveis.

2.4. Análise prévia pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA")

2.4.1. O pedido de registro da Oferta na CVM será objeto de análise prévia pela ANBIMA, no âmbito do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas", datado de 9 de junho de 2010 ("Código ANBIMA") e do Convênio CVM-ANBIMA.

2.5. Registro para Distribuição e Negociação

2.5.1. As Debêntures serão registradas para:

- (a) distribuição no mercado primário por meio do (i) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"),

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 4



sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP, e/ou (ii) DDA – Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo a distribuição liquidada por meio da BM&FBOVESPA; e

- (b) negociação no mercado secundário por meio do (i) SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou (ii) BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos) ("BOVESPAFIX"), administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. A Emissora tem por objeto social: (a) a participação, como sócia, acionista ou cotista, em sociedades, empresárias ou civis, e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades; e (b) prestação de serviços de engenharia civil e construção em geral.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Escritura de Emissão constitui a quarta emissão para distribuição pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo).

3.4. Quantidade de Debêntures

Serão emitidas 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures, sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo). A quantidade de Debêntures a ser alocada em cada uma das 2 (duas) Séries será definida de acordo com a demanda pelas Debêntures nos diferentes índices de remuneração, nos termos apurados no Procedimento de *Bookbuilding*.

3.4.1. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais, conforme abaixo definido) poderá ser acrescida em até 15% (quinze por cento), ou seja, em até 5.250 (cinco mil, duzentas e cinquenta) Debêntures suplementares ("Debêntures Suplementares"), destinadas a atender excesso de demanda que eventualmente seja constatado no Procedimento de *Bookbuilding*, conforme opção outorgada pela Emissora ao Coordenador Líder no Contrato de Distribuição, que somente poderá ser exercida pelo Coordenador Líder em comum acordo com a Emissora na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério do Coordenador Líder e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 5



Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e/ou Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo).

3.4.2. Nos termos do parágrafo 2º do artigo 14 da Instrução CVM 400, a critério da Emissora, a quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20% (vinte por cento), ou seja, em até 7.000 (sete mil) Debêntures adicionais (“Debêntures Adicionais”), que somente poderão ser emitidas pela Emissora em comum acordo com o Coordenador Líder na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A critério do Coordenador Líder e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Adicionais poderão ser Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) e/ou Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo).

3.5. Número de Séries

3.5.1. A Emissão será realizada em até 2 (duas) séries (“Séries”), sendo as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da primeira série doravante denominadas “Debêntures da Primeira Série”, as debêntures objeto da Oferta distribuídas no âmbito da segunda série doravante denominadas “Debêntures da Segunda Série”, e, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, em conjunto, doravante denominadas “Debêntures”. A existência e a quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série serão definidas após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido na Cláusula 3.5.1.1. abaixo), observado que a alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (“Sistema de Vasos Comunicantes”) e que qualquer uma das 2 (duas) Séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única.

3.5.1.1. Procedimento de *Bookbuilding*. Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento dos potenciais investidores nas Debêntures, organizado pelo Coordenador Líder (conforme definido na Cláusula 3.6.1 abaixo), nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, em diferentes níveis de taxas de juros e com a demanda das Debêntures pelos investidores, no âmbito da Oferta, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, para a definição: (i) da Remuneração da Primeira Série (conforme definido na Cláusula 4.2.1.2 abaixo) e/ou da Remuneração da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 4.2.2.5 abaixo), observado o disposto abaixo; e (ii) da existência e quantidade de Debêntures a ser alocada em cada Série (“Procedimento de Bookbuilding”). A alocação das Debêntures entre as séries ocorrerá no sistema de vasos comunicantes (em que a quantidade de Debêntures de uma das séries, apurada de acordo com o interesse dos investidores no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*, deverá ser abatida da quantidade de Debêntures total da Emissão, definido, portanto, a quantidade de Debêntures a ser alocada na outra série) e qualquer uma das 2 (duas) séries poderá não ser emitida, hipótese em que a totalidade das Debêntures será emitida em série única. O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* será ratificado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser levado a registro perante a JUCESP, e será divulgado por meio do anúncio de início da Oferta (“Anúncio de Início”), nos termos do artigo 23, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.

3.5.1.2. Poderão participar do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta, incluindo (i) acionistas, controladores ou administradores da Emissora; (ii) controladores ou administradores de qualquer coordenador; (iii) outras pessoas vinculadas à Oferta; ou (iv) cônjuges, companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau de qualquer uma das pessoas referidas nas alíneas (i) a (iii) acima (em conjunto, “Pessoas Vinculadas”), que poderão subscrever Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série até o limite de 15% (quinze por cento) do total de Debêntures, o que poderá promover má formação na taxa de remuneração final das Debêntures e ter um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário. Caso seja verificado excesso de demanda superior a 1/3 (um terço) das Debêntures, não será permitida a colocação de Debêntures junto

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 6



a investidores que sejam Pessoas Vinculadas, sendo as intenções de investimento apresentadas por investidores que sejam Pessoas Vinculadas automaticamente canceladas, nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400.

3.5.1.3. A vedação de colocação disposta no artigo 55 da Instrução CVM 400 prevista acima não se aplica à(s) instituição(ões) financeira(s) que venha(m) a ser contratada(s) para atuar como formador(es) de mercado, uma vez que o direito de subscrever e a quantidade máxima de valores mobiliários a ser subscrita estão divulgados nesta Escritura.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação com relação a 35.000 (trinta e cinco mil) Debêntures (sem considerar as Debêntures Suplementares e as Debêntures Adicionais), com a intermediação do Banco BTG Pactual S.A. ("Coordenador Líder") e de outras instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários que venham a ser convidadas pelo Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, para participar da distribuição pública, das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, sob o Regime de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Colocação, da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"), utilizando-se o procedimento previsto no parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, conforme plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, o qual levará em consideração suas relações com clientes e outros aspectos de natureza comercial, bem como as estratégias do Coordenador Líder e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Contrato de Distribuição. Ao elaborar o plano de distribuição, o Coordenador Líder deverá, adicionalmente, assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco de seus respectivos clientes; e (iii) que os representantes de venda das instituições participantes do consórcio de distribuição recebam previamente exemplar dos prospectos preliminar e definitivo, com informações mínimas sobre a Emissora e a Oferta, nos termos da Instrução CVM 400 ("Prospecto Preliminar", "Prospecto Definitivo" e conjuntamente "Prospectos"), para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400.

3.6.1.1. Haverá possibilidade de aumento da quantidade de Debêntures em relação à quantidade inicialmente ofertada, em virtude de excesso de demanda, mediante a emissão das Debêntures Adicionais e/ou das Debêntures Suplementares, a critério da Emissora em comum acordo com o Coordenador Líder, nos termos das Cláusulas 3.4.1 e 3.4.2 acima. A critério do Coordenador Líder e da Emissora, conforme verificado pelo Procedimento de *Bookbuilding*, as Debêntures Suplementares poderão ser Debêntures da Primeira Série e/ou Debêntures da Segunda Série, observado o disposto no item 3.5.1 acima.

3.6.1.2. Caso o montante da Oferta seja aumentado nos termos da Cláusula 3.5.5.1 acima, o Coordenador Líder fará a distribuição das Debêntures Suplementares e/ou das Debêntures Adicionais em regime de melhores esforços.

3.6.1.3. Caso ocorra o aumento na quantidade de Debêntures originalmente ofertada, conforme previsto acima, esta Escritura deverá ser ajustada de maneira a refletir a quantidade de Debêntures efetivamente emitida, mediante a celebração de aditamento a esta Escritura, que deverá ser

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 7



arquivado na JUCESP, nos termos desta Escritura, sem necessidade de nova aprovação societária pela Emissora ou de realização de Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da RCA.

3.6.2. *Público alvo da Oferta.* O público alvo da Oferta é composto por investidores residentes, domiciliados ou com sede no Brasil, clubes de investimento, fundos de investimento, carteiras administradas, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, condomínios destinados à aplicação em carteiras de títulos e valores mobiliários registrados na CVM e/ou na BM&FBOVESPA, fundos de pensão, entidades abertas ou fechadas de previdência complementar e de capitalização e seguradoras, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados, nos termos da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando-se sempre em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta

3.6.3. *Prazo de Subscrição.* Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; (iii) o registro para distribuição e negociação das Debêntures pela CETIP e/ou BM&FBOVESPA; e (iv) a disponibilização aos investidores dos Prospectos, incluindo, por referência, os formulários de referência da Emissora, elaborados pela Emissora em conformidade com a Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480" e "Formulário de Referência", respectivamente), as Debêntures poderão ser subscritas em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de início de distribuição, conforme definido no Contrato de Distribuição ("Prazo de Colocação"). Após a colocação das Debêntures durante o Prazo de Colocação, será publicado o respectivo anúncio de encerramento da distribuição das Debêntures ("Anúncio de Encerramento").

3.6.4. *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas utilizando-se os procedimentos do SDT e do DDA, conforme o caso.

3.6.5. *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário utilizando-se os procedimentos do SND e/ou do BOVESPAFIX.

3.7. Banco Mandatário e Agente Escriturador

3.7.1. O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A. instituição financeira com sede na Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 9º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário") e o agente escriturador das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Agente Escriturador"), sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e o Agente Escriturador. O Agente Escriturador será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

3.8. Destinação dos Recursos

3.8.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para (i) o pagamento do saldo da 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora e (ii) o financiamento do plano de investimentos da Companhia e suas sociedades controladas e coligadas no curso ordinário de seus negócios.

3.9. Garantia

3.9.1. As Debêntures contarão com a seguinte garantia real, sob condição suspensiva, nos termos do artigo 125 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"): cessão

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 8



fiduciária, da totalidade de distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio, e quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidos à Emissora, oriundos da declaração ou pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio da Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. – Econorte; Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviários Ltda.; Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A.; Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda.; Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A.; Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.; TPI-Log S.A.; Maestra Navegação S.A.; Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A.; e da NTL - Navegação e Logística S.A., devidos até a Data de Vencimento (“Distribuições” e “Controladas da Cessão Fiduciária”, respectivamente) a ser constituída por meio de um contrato de cessão fiduciária, cuja eficácia está condicionada ao atendimento das condições suspensivas ali previstas, a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, e o Banco Santander (Brasil) S.A., na qualidade de banco depositário (“Garantia”, e o respectivo instrumento contratual como o “Contrato de Garantia”).

3.9.2. As condições suspensivas a serem implementadas para a devida constituição da Garantia são (i) liberação das garantias prestadas no âmbito da 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, (ii) registro do termo de liberação e quitação da referida garantia, a ser prestado pelo Agente Fiduciário (na qualidade de agente de notas e garantia daquela emissão), o qual deverá ser registrado nos devidos cartórios de títulos e documentos, e (iii) registro do Contrato de Garantia nos devidos cartórios de títulos e documentos (“Condições Suspensivas”);

3.9.3. As Debêntures serão convoladas em espécie quirografária e com garantia real adicional, após a implementação das Condições Suspensivas. A Emissora e o Agente Fiduciário ficam desde logo autorizados e obrigados a celebrar aditamentos à presente Escritura de Emissão (“Aditamentos”), para formalizar a convalidação em espécie quirografária e com garantia real adicional para a presente Emissão, ficando desde já estabelecido que não será necessária qualquer deliberação ou realização de Assembleia Geral de Acionistas da Emissora ou de Assembleia Geral de Debenturistas para aprovação dos Aditamentos.

3.9.4. A celebração do Aditamento mencionado na cláusula 3.9.4 acima deverá ocorrer em até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de registro do Contrato de Garantia nos respectivos Cartórios de Títulos e Documentos indicados no Contrato de Garantia, bem como após a implementação das Condições Suspensivas, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures. Dessa forma, a convalidação em espécie quirografária e com garantia real adicional ocorrerá mediante o registro do Contrato de Garantia nos Cartórios de Títulos e Documentos indicados nos respectivos instrumentos, e a implementação das Condições Suspensivas.

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de outubro de 2012 (“Data de Emissão”).

4.1.2. **Conversibilidade, Tipo e Forma:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão escriturais e nominativas, sem emissão de cautelas ou certificados.

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 9



4.1.3. **Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirografária a ser convolada em espécie quirografária e com garantia real adicional após atendimento das Condições Suspensivas, nos termos da cláusula 3.9 acima.

4.1.4. **Prazo e Datas de Vencimento:** O prazo (i) das Debêntures da Primeira Série será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento da Primeira Série") e (ii) das Debêntures da Segunda Série será de 5 (cinco) anos a contar da Data de Emissão, com vencimento final previsto para 15 de outubro de 2017 ("Data de Vencimento da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento da Primeira Série, "Data de Vencimento"). Na Data de Vencimento da Primeira Série e na Data de Vencimento da Segunda Série, a Emissora se obriga a proceder à liquidação das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, respectivamente, que ainda estiverem em circulação, com o seu consequente cancelamento. A liquidação das Debêntures aqui referida será realizada pela Emissora da seguinte forma: (i) as Debêntures da Primeira Série serão liquidadas pelo seu Saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série; e (ii) as Debêntures da Segunda Série serão liquidadas pelo seu Saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração da Segunda Série.

4.1.4.1. Para fins desta Escritura, "Saldo do Valor Nominal Unitário" significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, remanescente após cada Data de Amortização da Primeira Série ou Data de Amortização da Segunda Série, respectivamente, conforme definidas na Cláusula 4.3 abaixo.

4.1.5. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.2. Remuneração

As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto a seguir.

4.2.1. **Remuneração da Primeira Série.** A Remuneração da Primeira Série será calculada conforme o disposto nas Cláusulas 4.2.1.1. e 4.2.1.2. abaixo.

4.2.1.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série não será atualizado.

4.2.1.2. **Juros Remuneratórios:** Sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) da das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a um determinado percentual ao ano, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 2,30% (dois inteiros e trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Sobretaxa da Primeira Série", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração da Primeira Série"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 10



Sendo que:

J = Valor unitário dos juros devidos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido adiante, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture da Primeira Série, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = (Fator DI \times FatorSpread)$$

Sendo que:

Fator DI = Produtório das taxas DI_k, com uso de percentual aplicado, na data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n_{DI} = número total de Taxas DI consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n_{DI}" um número inteiro;

K = número de ordem das Taxas DI-over, variando de 1 até "n";

TDI_k = fator da taxa DI_k, expresso ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

k = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

DI_k = Taxa DI de ordem k divulgada pela CETIP, expressa na forma percentual ao ano, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Spread ou sobretaxa de juros fixos da Primeira Série, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = acréscimo sobre a Taxa DI, conforme definido no Procedimento de *Bookbuilding*, informado com 4 (quatro) casas decimais; e

n = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo em questão, sendo “*n*” um número inteiro.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, exclusive, e termina na primeira Data de Pagamento de Remuneração, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou que se inicia na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, exclusive, e termina na Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, subsequente, no caso dos demais Períodos de Capitalização. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até a Data de Vencimento.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão $(Fator DI \times FatorSpread)$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.2.1.3. Indisponibilidade Temporária da Taxa DI. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora, não houver divulgação da Taxa DI pela CETIP, será aplicada na apuração de TDI_k a última taxa DI_k divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da divulgação posterior da taxa DI_k que seria aplicável. Se a não divulgação da taxa DI_k for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 4.2.1.4 abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.2.1.4. Indisponibilidade da Taxa DI. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da taxa DI_k por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da taxa DI_k às Debêntures da Primeira Série por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da taxa DI_k ou de impossibilidade de aplicação



da taxa DI_k por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar uma Assembleia Geral (conforme definida na Cláusula X abaixo) de Debenturistas da Primeira Série para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série a ser aplicado, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração da Primeira Série em vigor. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última taxa DI_k divulgada será utilizada na apuração do Fator Juros quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas da Primeira Série quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures da Primeira Série.

4.2.1.5. Caso a taxa DI_k volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série não será realizada e a taxa DI_k , a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da taxa DI_k nos termos aqui previstos, a última taxa DI_k divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.2.1.6. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 10 (dez) Dias Úteis contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral, qual a alternativa escolhida:

- I. resgatar a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures da Primeira Série em circulação, acrescido da Remuneração da Primeira Série devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração da Primeira Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DI_k a ser utilizada para a apuração de TDI_k no cálculo da Remuneração da Primeira Série será a última taxa DI_k disponível; ou
- II. amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Primeira Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Primeira Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Primeira Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Primeira Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração da Primeira Série continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures da Primeira Série, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida pela maioria dos titulares das Debêntures da Primeira Série em circulação, reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada pela este fim, devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas, sendo certo que a nova remuneração não poderá exceder a última taxa DI_k disponível. Caso a respectiva taxa substituta da Remuneração da Primeira Série seja referenciada em prazo diferente de 252



(duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis utilizada pela Taxa DI. Na hipótese de não haver consenso entre os debenturistas quanto à taxa de remuneração substituta durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

4.2.2. **Remuneração da Segunda Série.** A Remuneração da Segunda Série (conforme abaixo definida) será calculada conforme o disposto nas Cláusulas 4.2.2.1. a 4.2.2.6. abaixo.

4.2.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, será atualizado monetariamente (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (“IBGE”), sendo o produto da atualização monetária da segunda série automaticamente incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda série, (“Atualização Monetária da Segunda Série”), de acordo com a seguinte fórmula:

$$VNa = VNe \times C$$

onde,

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dt}} \right]$$

onde,

n = número total de números índices considerados na Atualização Monetária da Segunda Série, sendo “n” um número inteiro;

NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário das Debêntures da Segunda Série; após a data de aniversário respectiva, o “NI_k” corresponderá ao valor do número índice do IPCA do mês de atualização;

NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês “k”;



dup = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário das Debêntures da Segunda Série e a data de cálculo, limitado ao número total de Dias Úteis de vigência do número-índice do IPCA sendo "dup" um número inteiro; e

dut = número de Dias Úteis contidos entre a Data de Emissão ou a última data de aniversário e próxima data de aniversário das Debêntures da Segunda Série, sendo "dut" um número inteiro.

Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento.

O número-índice do IPCA deverá ser utilizado considerando-se idêntico número de casas decimais daquele divulgado pelo IBGE.

A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

Considera-se como "data de aniversário" todo dia 15 de cada mês, e caso referida data não seja dia útil, o primeiro dia útil subsequente.

No caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, o número-índice divulgado relativo ao mês imediatamente anterior, calculado *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série.

4.2.2.2. Observada a Cláusula 4.9.2.1 abaixo, aplicável até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série, no caso de indisponibilidade temporária do IPCA, será utilizado, em sua substituição, a projeção do IPCA divulgado pela ANBIMA (Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais) no site <http://www.anbima.com.br>, calculada *pro rata temporis* por Dias Úteis, não cabendo, porém, quando da divulgação do número-índice devido, quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas da Segunda Série. Se a não divulgação do IPCA for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência do IPCA"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou por determinação judicial, o Agente Fiduciário, no caso de não haver substituto legal do IPCA, deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção do IPCA ou de impossibilidade de aplicação às Debêntures por imposição legal ou determinação judicial, conforme o caso, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série (no modo e prazos estipulados na Cláusula X desta Escritura de Emissão e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003, e/ou regulamentação aplicável, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série que será aplicada, observado o disposto na Cláusula 4.2.2.3 abaixo ("Taxa Substitutiva").

4.2.2.3. Caso na Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série prevista acima não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série entre a Emissora e os Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Segunda Série em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das



alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar ao Agente Fiduciário, por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série qual a alternativa escolhida:

- I. resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, acrescido da Remuneração da Segunda Série (conforme abaixo definida) devido até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração da Segunda Série (conforme abaixo definida) com relação às Debêntures da Segunda Série a serem resgatadas, será utilizada para cálculo do fator "C" a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente, observadas ainda as demais disposições previstas nesta Escritura de Emissão para fins de cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série; ou
- II. amortizar integralmente a totalidade das Debêntures da Segunda Série em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento da Segunda Série e o prazo médio de amortização das Debêntures da Segunda Série, observado que (a) caso a Emissora pretenda realizar a amortização em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares das Debêntures da Segunda Série em circulação; e (b) durante o prazo de amortização das Debêntures da Segunda Série pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.4. desta Escritura de Emissão. Até a amortização integral das Debêntures da Segunda Série em circulação será utilizado um novo parâmetro para fins de cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série que será aplicado, a ser definido a critério dos Debenturistas da Segunda Série reunidos em nova Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série especialmente convocada para este fim (e que observará o quorum disposto nessa Cláusula 4.2.2.3), devendo a Emissora, obrigatoriamente, ser convocada para tal Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, sendo certo que a nova Atualização Monetária da Segunda Série não poderá exceder o último IPCA divulgado. Na hipótese de não haver consenso entre os debenturistas quanto ao novo parâmetro de atualização monetária durante o cronograma de amortização indicado nessa alternativa ou caso a Emissora não compareça à referida Assembleia Geral, a Emissora deverá, obrigatoriamente, seguir o disposto na alternativa I acima.

4.2.2.4. Não obstante o disposto acima, caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série, a referida Assembleia Geral não será mais realizada e o IPCA então divulgado, a partir da respectiva data de referência, será empregado para apuração do fator "C" no cálculo da Atualização Monetária da Segunda Série.

4.2.2.5. **Juros Remuneratórios:** As Debêntures da Segunda Série farão jus a juros remuneratórios, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a até 8,20% (oito inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano ("**Juros Remuneratórios da Segunda Série**") e, em conjunto com a Atualização Monetária da Segunda Série, "**Remuneração da Segunda Série**", e a Remuneração da Segunda Série em conjunto com a Remuneração da Primeira Série, "**Remuneração**"). A taxa utilizada para cálculo dos Juros Remuneratórios da Segunda Série incidirá sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado

das Debêntures da Segunda Série ou, sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, atualizados conforme as Cláusulas 4.2.2.1 à 4.2.2.4 acima, calculados por Dias Úteis decorridos, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a partir da Data de Emissão, e, observada a periodicidade prevista na Cláusula 4.4. abaixo, pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.2.4 (ou na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou ainda em caso de liquidação das Debêntures em decorrência de resgate das Debêntures nas hipóteses previstas nesta Escritura, calculados em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis).

4.2.2.6. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão calculados com base na seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios da Segunda Série devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNa = Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série ou o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right\}$$

onde,

Taxa = taxa de juros fixa, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*;

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo "DP" um número inteiro.

4.2.3. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão "Dia(s) Útil(eis)" para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA significa qualquer dia, exceto pelos sábados, domingos ou feriados nacionais. Para as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou para as Debêntures que não estiverem custodiadas na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA, na data de cada pagamento, o dia em que os bancos deverão ou poderão, por lei ou ordem executiva, estar fechados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, conforme estabelecido pelo Banco Central do Brasil.

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 17



4.2.4. Para fins da presente Escritura de Emissão, entende-se por “Período de Capitalização” o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série ou na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso, imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na próxima Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade até o vencimento das Debêntures.

4.2.5. Para fins da presente Escritura de Emissão, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário remanescente após cada Data de Amortização das Debêntures.

4.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. O Valor Nominal Unitário

- I. de cada uma das Debêntures da Primeira Série será amortizado, anualmente, em 3 (três) parcelas, nas datas e nos percentuais expostos na tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Amortização da Primeira Série”):

Datas de Pagamento	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série a ser Amortizado
15 de outubro de 2015	33,33%
15 de outubro de 2016	33,33%
15 de outubro de 2017	33,34%

- II. de cada uma das Debêntures da Segunda Série será amortizado em 2 (duas) parcelas anuais e sucessivas, devidamente atualizadas pela Atualização Monetária da Segunda Série, nas datas e nos percentuais expostos na tabela abaixo (cada uma, uma “Data de Amortização da Segunda Série”):

Datas de Amortização	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série a ser Amortizado*
15 de outubro de 2016	50%
15 de outubro de 2017	50%

* O Valor Nominal Unitário aqui apresentado é referenciado à Data de Emissão e deverá ser atualizado monetariamente nos termos desta Escritura.

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração e da Atualização Monetária da Segunda Série

4.4.1. A Remuneração da Primeira Série será paga semestralmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), ou da data de pagamento imediatamente anterior, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de abril de 2013, (inclusive) e o último na Data de Vencimento da Primeira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), ou na data em que

ocorrer o resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série, conforme previsto nesta Escritura de Emissão (cada uma, uma “Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série”).

4.4.2. Os Juros Remuneratórios da Segunda Série serão pagos anualmente, a partir da Data de Emissão (exclusive), ou da data de pagamento imediatamente anterior, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento na Data de Vencimento da Segunda Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento (conforme definido na Cláusula 7.1 abaixo), ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série, conforme previsto nesta Escritura de Emissão (cada uma, uma “Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série”).

4.4.3. A Atualização Monetária da Segunda Série será paga anualmente, juntamente com o Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série, nas Datas de Amortização da Segunda Série (conforme definido na Cláusula 4.3.1, item II, acima), sendo o primeiro pagamento devido em 15 de outubro de 2016 e o último pagamento na Data de Vencimento da Segunda Série.

4.5. Local de Pagamento

4.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, e/ou os procedimentos adotados pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no BOVESPAFIX; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Banco Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA.

4.6. Prorrogação dos Prazos

4.6.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão por quaisquer das Partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere à integralização das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário no local de pagamento das Debêntures, conforme indicado na Cláusula 4.5 acima, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

4.7.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, independente de aviso ou notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a: (a) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido; e (b) multa convencional, irredutível e de natureza compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago (“Encargos Moratórios”).

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou Encargos



Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

4.9.1. As Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição da Primeira Série").

4.9.2. As Debêntures da Segunda Série serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição da Segunda Série").

4.9.2.1. Caso, até a data de subscrição e integralização das Debêntures da Segunda Série não haja divulgação do IPCA do mês imediatamente anterior, será utilizado para cálculo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série a última projeção de IPCA, conforme acordado pelo Comitê de Acompanhamento Macroeconômico da ANBIMA ou, na falta dessa projeção da ANBIMA, o último IPCA oficialmente divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas se e quando o IPCA que seria aplicável for divulgado.

4.10. Forma de Integralização

4.10.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição da Primeira Série ou pelo Preço de Subscrição da Segunda Série, conforme o caso, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA.

4.11. Repactuação

4.11.1. Não haverá repactuação programada das Debêntures.

4.12. Publicidade

4.12.1. Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo anúncio de encerramento da Oferta ("Anúncio de Encerramento") e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal Valor Econômico, todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no DOESP, e no jornal Valor Econômico ou outro jornal que venha a ser designado para tanto pela assembleia geral de acionistas da Emissora, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.triunfo.com) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e os prazos legais.



4.13. Comprovação de Titularidade das Debêntures

4.13.1. A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Agente Escriurador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato emitido pela CETIP, em nome do Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente no SND. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente será reconhecido como comprovante de titularidade.

4.14. Imunidade de Debenturistas

4.14.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.15. Liquidez e Estabilização

4.15.1. Será assegurada a liquidez das Debêntures, mediante a contratação de instituição(ões) financeira(s) para atuar como formador(es) de mercado da Emissão, garantindo spread entre o preço de compra e o de venda das Debêntures.

4.15.2. Poderão ser contratadas instituições financeiras para realização de atividade de formador de mercado da Emissão, sendo que não há nenhuma instituição contratada na presente data. A(s) instituição(ões) financeira(s) que venham a ser contratadas para atuar como formador(es) de mercado da Emissão terão seu direito de subscrição limitado à quantidade máxima de 300 (trezentas) Debêntures para cada série da Emissão, sendo que respectiva(s) instituição(ões) financeira(s) deverá(ão) adquirir as Debêntures de qualquer das séries da Emissão observadas as taxas finais de remuneração das Debêntures estabelecidas durante o Procedimento de *Bookbuilding*.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na JUCESP.

CLÁUSULA VI OFERTA FACULTATIVA DE RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Oferta Facultativa de Resgate Antecipado

6.1.1. A Emissora poderá, a partir a Data de Emissão, mediante deliberação em Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizar oferta facultativa de resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série em Circulação e/ou das Debêntures da Segunda Série em Circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sem distinção, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280612.DOC 21



forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo (“Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”):

- I. a Emissora realizará a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 4.12 acima (“Editais de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado”), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, incluindo (a) a(s) Série(s) objeto da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; (b) se o resgate será total ou parcial, e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações; (c) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (d) se a Oferta Facultativa de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas da Primeira Série e/ou de Debenturistas da Segunda Série, conforme o caso; (e) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas, sendo que o pagamento deverá coincidir com uma Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série e/ou com uma Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme o caso; (f) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado; e (g) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das respectivas Debêntures;
- II. após a publicação do Edital de Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 3 (três) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado;
- III. a Emissora deverá (a) na respectiva data de término do prazo de adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, confirmar ao Agente Fiduciário a respectiva data do resgate antecipado; e (b) comunicar ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBOVESPA sobre a realização da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data do resgate antecipado;
- IV. o valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta Facultativa de Resgate Antecipado será equivalente a, no mínimo, o Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Primeira Série e/ou ao Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série objeto do resgate, conforme o caso, acrescido da Remuneração da Primeira Série e/ou da Remuneração da Segunda Série, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração da Primeira Série e/ou Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta Facultativa de Resgate Antecipado, prêmio de resgate este que não poderá ser negativo; e
- V. a liquidação das Debêntures referida neste item 6.1.1 será realizada pela Emissora da seguinte forma: (i) as Debêntures da Primeira Série serão liquidadas pelo seu Saldo do

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 22





Triunfo
PARTICIPAÇÕES
E INVESTIMENTOS

Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração da Primeira Série; e (ii) as Debêntures da Segunda Série serão liquidadas pelo seu Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado acrescido dos Juros Remuneratórios da Segunda Série.

6.1.2. O pagamento para as Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; (ii) pela BM&FBOVESPA, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na BM&FBOVESPA; e/ou (iii) pelo Agente Escrirador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ou na BM&FBOVESPA.


6.1.3. Fica estabelecido que, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o resgate antecipado parcial ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP, conforme aplicável, por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, apuração e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

6.1.4. Para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da BM&FBOVESPA, observado que, caso a BM&FBOVESPA venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

6.2. Aquisição Facultativa

6.2.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, adquirir qualquer quantidade de Debêntures em circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula 6.2.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas Cláusulas 7.1.3 a 7.1.8 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora, mediante o envio de notificação contendo as respectivas instruções para pagamento, do Valor Nominal Unitário, atualizado conforme o disposto na Cláusula 4.2 acima, ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração correspondente, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento da Remuneração correspondente imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, ao tomar ciência da ocorrência de quaisquer das seguintes hipóteses (cada um desses eventos, um "Evento de Inadimplemento"): 

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 23



- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada no prazo de 2 (dois) Dias Úteis;
- (b) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária estabelecida nesta Escritura de Emissão ou no Contrato de Garantia, não sanada no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do recebimento de notificação nesse sentido enviada pelo Agente Fiduciário, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico;
- (c) (i) decretação de falência da Emissora e/ou controladas relevantes (assim entendidas as sociedades Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte; Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviários Ltda., Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A., Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda., Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A., Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes; TPI-Log S.A., Maestra Navegação S.A., Vessel-Log Companhia Brasileira de Navegação e Logística S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., suas eventuais sucessoras ou qualquer outra que venha a prestar garantias aos titulares das Debêntures, bem como aquelas controladas que representem, em conjunto ou individualmente, 15% (quinze por cento) ou mais da receita bruta consolidada da Emissora, calculados de forma acumulada nos últimos 4 (quatro) trimestres contados da ocorrência da Hipótese de Vencimento Antecipado, as “Controladas Relevantes”); (ii) pedido de autofalência formulado pela Emissora e/ou Controladas Relevantes; (iii) pedido de falência da Emissora e/ou Controladas Relevantes formulado por terceiros não elidido no prazo legal, (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora e/ou Controladas Relevantes, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora e/ou Controladas Relevantes, exceto se a liquidação, dissolução ou extinção decorrer de uma operação societária que não constitua uma Hipótese de Vencimento Antecipado, nos termos do disposto na alínea “1” abaixo;
- (d) protesto de títulos em valor individual ou agregado superior a (i) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), contra a Emissora ou qualquer sociedade controlada, consideradas individualmente; ou (ii) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), contra a Emissora ou qualquer sociedade controlada, consideradas conjuntamente, por cujo pagamento a Emissora ou qualquer sociedade controlada seja responsável, salvo se a Emissora ou qualquer sociedade controlada comprovar, por meio de prova documental, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da ciência do referido protesto que: (i) o protesto foi realizado por terceiros de má-fé; (ii) o protesto foi elidido no prazo legal; (iii) o protesto foi cancelado; ou (iv) foram prestadas e aceitas pelo Poder Judiciário garantias em juízo;
- (e) inscrição da (i) Emissora ou de qualquer sociedade controlada, consideradas individualmente, em qualquer órgão de restrição de crédito, tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen por valor individual ou agregado superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ou (ii) Emissora ou de qualquer sociedade controlada, consideradas conjuntamente, em qualquer órgão de restrição de crédito, tais como Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, SERASA, Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundo ou Serviços de Informações do Banco Central - Sisbacen por valor individual ou agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), salvo se a Emissora ou qualquer sociedade controlada comprovar, por meio de prova documental, em até 15 (quinze) Dias Úteis corridos contados da ciência da referida inscrição que: (i) a inscrição foi realizada por terceiros de má-fé; (ii) a inscrição foi elidida no prazo legal; ou (iii) a inscrição foi cancelada;
- (f) uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado em face da Emissora ou de qualquer de suas controladas, que, em conjunto ou isoladamente resulte ou possa resultar em

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 24



obrigação de pagamento para a Emissora ou para qualquer de suas controladas, consideradas individualmente, de valor individual ou agregado superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) ou, para a Emissora ou para qualquer de suas controladas, consideradas em conjunto, de valor individual ou agregado superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), para as quais não tenha sido feita provisão para pagamento;

- (g) inadimplemento de qualquer dívida e/ou obrigação pecuniária em valor individual ou agregado superior a (i) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora ou qualquer de suas controladas, consideradas individualmente, seja parte, ou (ii) R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) em qualquer acordo ou contrato do qual a Emissora ou qualquer de suas controladas, consideradas conjuntamente, seja parte, desde que não sanado no período de cura previsto no respectivo instrumento;
- (h) confisco, arresto, sequestro, penhora ou outra medida de qualquer entidade governamental ou judiciária que implique perda da propriedade ou posse direta de ativos da Emissora ou suas controladas, que, individual ou conjuntamente, atinja valor igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, e tal medida não seja contestada ou substituída por outra garantia no prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data em que a Emissora ou suas controladas forem oficialmente notificadas de referido evento;
- (i) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (j) inveracidade, incorreção ou descumprimento, em qualquer aspecto relevante, de quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e/ou em quaisquer documentos no âmbito da Oferta;
- (k) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (l) caso a Emissora sofra mudanças estruturais, inclusive por meio de segregação de atividades por meio de versão dos ativos e passivos de determinada atividade para novas empresas dentro do grupo econômico (*drop down*) ou redução de capital que resultem na redução do rating das Debêntures ou que possam levar ao descumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, exceto conforme previsto na alínea (m) abaixo;
- (m) nas hipóteses de incorporação, cisão ou fusão da Emissora, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) caso quaisquer das Controladas Relevantes sejam objeto de reorganizações societárias, tais como cisão, fusão, segregação de atividades por meio de versão dos ativos e passivos de determinada atividade para novas empresas dentro do grupo econômico (*drop down*) ou redução de capital que resultem na redução do *rating* das Debêntures ou que possam levar ao descumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, ressalvada a possibilidade de reorganização societária da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (“Portonave”) para a utilização de benefício fiscal de ágio (“Reorganização Permitida”). Caso, em virtude da Reorganização Permitida a Portonave



incorra em multa ou qualquer penalidade pecuniária imposta pelas autoridades fiscais, a Emissora se obriga a fazer o pagamento em nome da Portonave;

- (o) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das concessões, autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de tal renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora comprove que tomou as providências necessárias para suspender os efeitos da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das referidas concessões, autorizações e licenças;
- (p) caso, a qualquer momento durante a vigência das Debêntures, a razão entre o EBITDA e o Resultado Financeiro da Emissora seja igual ou inferior a 1,50 (um inteiro e cinquenta centésimos);
- (q) criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre propriedade, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros sobre suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, da Emissora, sendo que os ativos (exclusivamente quando se tratar de ações ou quotas de quaisquer controladas, bem como os direitos delas decorrentes), poderão ser onerados ou gravados exclusivamente nas seguintes hipóteses: (i) para fins de garantir financiamentos tomados para implantação e desenvolvimento dos respectivos projetos, inclusive a aquisição de equipamentos em substituição de bens antigos por outros novos com a mesma finalidade ou eliminação de ativos operacionais obsoletos; (ii) para fins de garantir financiamentos na modalidade “*acquisition finance*” tomados para adquirir os respectivos ativos; (iii) ônus ou gravames que já tenham sido constituídas pela Emissora na data desta Escritura (“*Ativos Onerados*”), incluindo eventuais renovações; e (iv) ônus e gravames em favor de bancos de fomento ou desenvolvimento, para garantir financiamentos por eles concedidos cujos recursos sejam destinados a CAPEX, incluindo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social S.A.(BNDES), Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB) e International Finance Corporation – IFC; e (v) novos ônus ou gravames sobre os Ativos Onerados;
- (r) caso a razão entre a Dívida Líquida e o EBITDA da Emissora, nas verificações trimestrais a serem realizadas pelo Agente Fiduciário (i) seja igual ou superior a 4,00 (quatro inteiros) vezes, a qualquer momento até 31 de dezembro de 2013 (inclusive), sendo que excepcionalmente no 4º (quarto) trimestre de 2012 o EBITDA a ser considerado será o maior dos dois valores a seguir (1) ou o EBITDA apurado nos últimos 12 (doze) meses, ou (2) o EBITDA do último trimestre anualizado, (ii) seja igual ou superior a 3,75 (três inteiros e setenta e cinco centésimos) vezes, a qualquer momento a partir de 31 de março de 2014 (inclusive) até 31 de dezembro de 2015 (inclusive), (iii) seja igual ou superior a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimos) vezes, a qualquer momento a partir de 31 de março de 2016 (inclusive) até o vencimento das Debêntures, sendo que a primeira verificação trimestral pelo Agente Fiduciário ocorrerá com relação aos números divulgados do 3º (terceiro) trimestre de 2012;
- (s) caso ocorra mudança do controle direto ou indireto da Companhia, ou caso a Companhia deixe de deter o controle direto ou indireto das Controladas Relevantes, em ambos os casos que possam levar ao descumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, a exclusivo critério dos titulares da maioria das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação; e
- (t) caso a Garantia não seja liberada pelos titulares das notas promissórias comerciais da 1ª emissão da Emissora no prazo de 20 (vinte) dias a contar da Data de Integralização.

7.1.1. Para os fins desta Escritura de Emissão, considera-se:

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 26



(a) “Dívida Líquida”, o somatório dos saldos das dívidas da Emissora, incluindo dívidas da Emissora e de suas controladas e coligadas perante pessoas físicas e/ou jurídicas, tais como mútuos, empréstimos e financiamentos com terceiros, emissão de títulos de renda fixa, conversíveis ou não em ações, nos mercados local e/ou internacional, operações de derivativos e cessão de direitos creditórios não performados e que não contem com seguro performance; menos as disponibilidades em caixa, bancos e aplicações financeiras;

(b) “EBITDA”, o lucro operacional consolidado da Emissora adicionando-se (i) despesas não operacionais; (ii) despesas financeiras; e (iii) despesas com amortizações e depreciações (apresentadas no fluxo de caixa método indireto) e (iv) provisão para manutenção da rodovia; e excluindo-se (x) receitas não operacionais; e (y) receitas financeiras; apurado com base nos últimos 12 (doze) meses contados da data-base de cálculo do índice; e

(c) “Resultado Financeiro da Emissora”, a diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras líquidas consolidadas da Emissora, sendo que o Resultado Financeiro será apurado em módulo, se for negativo e, se for positivo, será considerado 1 (um).

7.1.2. Para fins do disposto nas alíneas “p” e “r” da Cláusula 7.1, fica desde já acordado que os índices financeiros serão apurados pela Emissora e verificados trimestralmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Emissora dos últimos 12 (doze) meses à data-base de cálculo do índice, e deverão incluir todas as sociedades controladas e coligadas da Emissora, ainda que não sejam consolidadas às demonstrações financeiras da Emissora para fins contábeis. Os índices financeiros deverão ser disponibilizados ao Agente Fiduciário, juntamente com relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção de tais índices financeiros, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

7.1.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nas alíneas “a”, “c”, “i”, “k”, “n” e “q” da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário, no entanto, enviar imediatamente à Emissora comunicação escrita informando tal acontecimento.

7.1.4. Na ocorrência de quaisquer dos demais eventos indicados na Cláusula 7.1 acima, exceto os citados na Cláusula 7.1.3 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro do prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas de ambas as séries da Emissão para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.5 abaixo.

7.1.5. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.4 acima poderá, por deliberação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso,, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série.

7.1.6. Adicionalmente ao disposto nas Cláusulas 7.1.4 e 7.1.5 acima, na hipótese de não convocação da Assembleia Geral de Debenturistas de cada série da Emissão pelo Agente Fiduciário, os respectivos

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TP1 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 27



Debenturistas ou a Emissora poderão convocar a Assembleia Geral de Debenturistas de cada série da Emissão para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X desta Escritura de Emissão e o quorum específico estabelecido na Cláusula 7.1.5 acima. Caso, após 15 (quinze) dias corridos contados da ocorrência do(s) respectivo(s) Evento(s) de Inadimplemento as Assembleias Gerais de Debenturistas de cada série de Emissão não tiverem sido convocadas, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 7.1.7 abaixo.

7.1.7. Observado o disposto nesta Cláusula VII, em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a pagar o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série e/ou o Valor Nominal Unitário Atualizado ou Saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, conforme venha a ser emitida, acrescido da Remuneração da Primeira Série e/ou dos Juros Remuneratórios da Segunda Série, conforme venha a ser emitida, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da Primeira Série ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios da Segunda Série imediatamente anterior até a data do seu efetivo pagamento, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, da comunicação escrita referida na Cláusula 7.1.3 acima, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios previstos na Cláusula 4.7 desta Escritura de Emissão.

7.1.8. Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures da Primeira Série e/ou as Debêntures da Segunda Série, o Agente Fiduciário deverá enviar notificação à CETIP e/ou à BM&FBOVESPA informando o vencimento antecipado e a Emissora deverá, obrigatoriamente, cancelar as Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a.1) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou 3 (três) Dias Úteis após a data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia das demonstrações financeiras completas e auditadas da Emissora relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, (ii) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, e (iii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão;



- (a.2) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias do término de cada trimestre de seu exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras da Emissora, com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e (ii) declaração do Diretor Presidente (ou seu equivalente) da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- (a.3) em até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento da notificação, qualquer informação relevante para a Emissão que lhe venha a ser solicitada por escrito pelo Agente Fiduciário;
- (a.4) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) Dias Úteis da verificação da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (a.5) dentro de 10 (dez) Dias Úteis, qualquer informação que, razoavelmente, venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28"); e
- (a.6) toda a documentação necessária para a elaboração do relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, para fins da alínea "n" da Cláusula 9.4.1 abaixo, no prazo máximo de 30 (trinta) dias prévios ao encerramento do prazo junto à CVM,
- (b) comunicar ao Agente Fiduciário, no prazo previsto na alínea "a.4" acima, qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas;
- (c) preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e pelas regras relevantes emitidas pela CVM para emissores de valores mobiliários nos termos da Instrução CVM 480, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- (d) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, e permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas da Emissora) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria no prazo previsto na alínea "a.4" acima;
- (e) convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que se relacione com a presente Emissão caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (f) cumprir com todas as determinações eventualmente emanadas da CVM, como o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas por aquela autarquia, caso aplicável;

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 29



- (g) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (h) manter atualizados e em boa ordem seus livros e registros societários;
- (i) indicar um diretor que ficará responsável pelo atendimento, de forma eficiente, aos Debenturistas;
- (j) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (k) não praticar nenhum ato em desacordo com seu Estatuto Social ou com esta Escritura de Emissão;
- (l) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (m) notificar o Agente Fiduciário, no prazo máximo de 3 (três) dias após a data em que tomar ciência do evento, sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias e nos negócios da Emissora e/ou de suas controladas que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição financeira da Emissora;
- (n) tomar as medidas necessárias para:
 - (n.1) preservar todos seus direitos, títulos de propriedade, concessões, licenças (inclusive licenças ambientais), alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios dentro do seu objeto social e das práticas comerciais usuais (observado, que, com relação às suas controladas diretas ou indiretas, nada nesta Cláusula proibirá tal controlada de dispor sobre seus ativos, observado o disposto nesta Escritura de Emissão);
 - (n.2) manter em boas condições de conservação os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal; e
 - (n.3) estender as medidas listadas nas alíneas “n.1” e “n.2” acima para as sociedades sob seu controle direto ou indireto;
- (o) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e na BM&FBOVESPA;
- (p) contratar e manter contratados, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo: (i) Banco Mandatário e Agente Escriurador; (ii) Agente Fiduciário; e (iii) os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (*i.e.*, SND e BOVESPAFIX);
- (q) observar as normas de conduta previstas no artigo 48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, com exceção de seu inciso III;



- (r) aplicar recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures estritamente conforme o descrito na Cláusula 3.8 acima;
- (s) cumprir com todas as obrigações previstas na regulamentação aplicável;
- (t) fornecer todas as informações solicitadas pela CETIP e/ou pela BM&FBOVESPA;
- (u) não transferir ou de qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (v) contratar, para o início da Oferta, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco entre Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar anualmente, até a Data de Vencimento; o relatório da classificação de risco elaborado (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (d) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil ou, por qualquer motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Emissora deverá, a seu exclusivo critério, (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's ou a Fitch ou a Moody's; ou (ii) notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;
- (x) encaminhar à ANBIMA cópia de quaisquer relatórios de classificação de risco das Debêntures, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos contados de sua respectiva veiculação; e
- (z) utilizar seu poder de controle sobre suas controladas para que os respectivos órgãos de administração proponham e estas distribuam todo o respectivo lucro apurado, ao final dos exercícios sociais ou lucros intermediários, na forma de dividendos aos seus acionistas ou quotistas, conforme o caso, exceto pela destinação obrigatória à reserva legal (exclusivamente em se tratando de sociedades anônimas), bem como utilizar seu poder de controle para que não sejam criadas ou para que sejam extintas, conforme o caso, reservas estatutárias em seus respectivos estatutos ou contratos sociais.

8.2. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se a não praticar nenhum ato ou celebrar qualquer contrato com partes relacionadas em desacordo com o previsto em seu Estatuto Social e na legislação aplicável.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

E:\Grupos\Geral\Documentos LZQ\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 31



9.1. Nomeação

9.1.1. A Emissora nomeia e constitui como Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas.

9.1.2. Além da presente Emissão, e para os fins da alínea "k", inciso XVII do art.12 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, o Agente Fiduciário atua como agente de notas e garantias no âmbito da 1ª emissão de notas promissórias comerciais da Emissora, com vencimento em 29 de outubro de 2012 (prazo de 180 dias), no volume total de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na data de emissão, qual seja 02 de maio de 2012, sendo que foram emitidas 300 (trezentas) notas promissórias comerciais, com garantia de alienação fiduciária de 99% das quotas da Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. e cessão fiduciária da totalidade de dividendos, juros sobre capital próprio, e quaisquer outras formas de distribuição de resultados devidos à Emissora, oriundos da declaração ou pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio de determinadas sociedades controladas pela Emissora, os quais não podem ser mensurados para fins do item 6 da referida alínea "k". Não houve nenhum evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento até o presente momento. O Agente Fiduciário não tem atuação em quaisquer outras emissões de valores mobiliários da Emissora, nem de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante de seu grupo econômico.

9.2. Declarações do Agente Fiduciário

9.2.1. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter nenhum impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) ter plenos poderes, capacidade e está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para a celebração e cumprimento das obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 32



- (i) que detêm todas as autorizações e licenças exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto por aquelas cujo descumprimento não tenha impacto adverso relevante para suas atividades;
- (j) que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (k) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (l) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, baseado nas informações prestadas pela Emissora; e
- (m) que verificou que na Data de Emissão não existiam garantias à presente emissão e que as mesmas tem o prazo descrito na cláusula 3.9 acima para serem constituídas.

9.2.2. As declarações e garantias aqui prestadas nesta Cláusula 9.2.1 subsistirão ao término desta Escritura de Emissão, comprometendo-se o Agente Fiduciário a indenizar e a manter indenidos a Emissora, e suas respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e seus respectivos administradores, empregados, consultores e agentes, contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra elas venha a ser cobrado, em decorrência da inveracidade ou inexatidão de qualquer de suas declarações aqui contidas.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, morte, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma que a do Agente Fiduciário, observado o disposto na Cláusula 9.3.6 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário (a) fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores, e (b) se feita em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo o mesmo ser arquivado na JUCESP.

9.3.5. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a total liquidação das Debêntures ou até sua efetiva substituição, conforme aplicável, sendo que o término do exercício de suas funções, devendo no caso da substituição, formalizar o aditamento à presente Escritura de Emissão, devidamente arquivado na JUCESP.

9.3.6. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis* a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

9.3.7. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a respeito baixados por atos da CVM.

9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) verificar a regularidade da constituição das garantias reais, bem como valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 34



- (j) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, dos Cartórios de Protesto, das Juntas de Conciliação e Julgamento e da Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (l) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;
- (m) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (n) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (l.1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (l.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (l.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (l.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (l.5) resgate, amortização, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (l.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (l.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão, inclusive quanto à manutenção dos índices financeiros previstos nas alíneas “n” e “o” da Cláusula 7.1 acima, bem como todas as disposições e obrigações no Contrato de Garantia;
 - (l.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (l.9) pagamentos da Remuneração realizada no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (l.10) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:



1. denominação da companhia ofertante;
2. valor da emissão;
3. quantidade de debêntures emitidas;
4. espécie;
5. prazo de vencimento das debêntures;
6. tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores; e
7. eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento do período.

(l.11) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures

- (o) disponibilizar o relatório de que trata a alínea “n” acima aos Debenturistas no prazo disposto na regulamentação aplicável, ao menos nos seguintes locais:

(m.1) na sede da Emissora;

(m.2) em sua sede social e em seu site (www.oliveiratrust.com.br);

(m.3) na CVM;

(m.4) na CETIP e na BM&FBOVESPA; e

(m.5) na sede do Coordenador Líder;

- (p) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “o” acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Agente Escriurador, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (r) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, bem como todas as disposições e obrigações relacionadas ao Contrato de Garantia;
- (s) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deverá ser enviada:

(s.1) à CVM; e

(s.2) às bolsas de valores;

- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

- (u) acompanhar , diariamente, com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures;

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 36



- (v) acompanhar com o Banco Mandatário, em cada data de pagamento da remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulação nesta Escritura de Emissão;
- (w) conferir trimestralmente a manutenção dos índices financeiros previstos nas alíneas “p” e “r” da Cláusula 7.1 acima e informar imediatamente os Debenturistas qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;
- (x) verificar o atendimento pela Emissora da alínea “x” do item 8.1 acima;
- (y) acompanhar as obrigações da Emissora no Contrato de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário no Contrato de Garantia;
- (z) examinar qualquer proposta de substituição de bens dados em garantia, manifestando a sua expressa e justificada concordância, bem como intimar a Emissora a reforçar a garantia, conforme previsto no Contrato de Garantia na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (aa) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, nos termos previstos nesta Escritura, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas; e
- (bb) divulgar as informações referidas no item “n (1.10)” da cláusula 9.4.1, que refere-se ao disposto na alínea “k” do inciso XVII do artigo 12 da Instrução CVM 28, em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento.

9.4.2. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

9.4.3. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais, contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 37



- (c) executar a Garantia, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos Debenturistas;
- (d) requerer a falência da Emissora; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula 9.5.1 acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação quando tal hipótese disser respeito ao disposto na alínea "d" da Cláusula 9.5.1 acima.

9.6. Remuneração do Agente Fiduciário

9.6.1. Será devida ao Agente Fiduciário pela Emissora, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após data de assinatura desta Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subsequentes.

9.6.2. Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate da totalidade das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário fará jus somente à remuneração calculada *pro rata temporis* pelo período da efetiva prestação dos serviços, devendo restituir à Emissora a diferença entre a remuneração recebida e aquela a que fez jus.

9.6.3. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

9.6.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito na conta corrente a ser indicada pelo Agente Fiduciário.

9.6.5. A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 9.6.1 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário.

9.6.6. As parcelas citadas nos itens acima serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IRRF (Imposto de Renda) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

9.6.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração dos serviços a serem por ele prestados.

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TP1 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 38



9.6.8. Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

9.6.9. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração mencionada na Cláusula 9.6.1 acima, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago e multa moratória convencional, irredutível e de natureza compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago.

9.7. Despesas

9.7.1. As remunerações aqui previstas não incluem as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessários ao exercício da função do Agente Fiduciário, durante ou após a implantação dos serviços aqui referidos, as quais serão pagas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias das Debêntures e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário em razão do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da Emissão, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, sem prejuízo do ressarcimento pela Emissora. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;

9.7.2. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, devendo ser, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora.

9.7.3. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.7 será efetuado, em 5 (cinco) Dias Úteis, após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora mediante entrega das vias originais dos comprovantes de pagamento.

9.7.4. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, desde que devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

9.7.5. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.7 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 39



outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora e despesas cartorárias e com correios quando necessárias ao desempenho da função de Agente Fiduciário, caso tenham sido previamente solicitadas à Emissora, em razão de motivo justificado;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.6. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma descrita nas Cláusulas 9.7.2 e 9.7.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

À assembleia geral de debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas” ou “Assembleia Geral”) aplicar-se-á ao disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

10.1. Convocação

10.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série podem ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, pela CVM, por Debenturistas da Primeira Série e por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos, 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa referidos na Cláusula 4.12 desta Escritura de Emissão, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e as Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série deverão ser realizadas, em primeira convocação, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias contados da data da primeira publicação da convocação, ou, não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, em segunda convocação, em, no mínimo, 8 (oito) dias contados da data da publicação do novo anúncio de convocação.

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 40



10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas da Primeira Série e pelos Debenturistas da Segunda Série, no âmbito de sua competência legal, observados os *quora* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e a Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série se instalarão, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas da Primeira Série e Debenturistas da Segunda Série que representem a metade, no mínimo, das Debêntures da Primeira Série e das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos *quora* de instalação e/ou deliberação das Assembleias Gerais previstos nesta Escritura de Emissão, consideram-se "Debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas ou coligadas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle), sociedades sob controle comum, administradores ou conselheiros da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas, até segundo grau.

10.3. Quorum de Deliberação

10.3.1. Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas da Primeira Série e das Assembleias Gerais de Debenturistas da Segunda Série, a cada Debênture da Primeira Série e a cada Debênture da Segunda Série em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, debenturista ou não. Exceto pelo disposto nas Cláusulas 4.2.1.6, 4.2.2.3 e 7.1.5 acima e na Cláusula 10.3.2 abaixo, ou os demais *quoruns* expressamente previstos em outras cláusulas desta Escritura de Emissão, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e em Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série dependerão de aprovação de Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou de Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

10.3.2. Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 10.3.1 acima as seguintes alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso: (i) da Remuneração (exceto pelo disposto nas Cláusulas 4.2.1.6 e 4.2.2.3 acima); (ii) do quorum de deliberação das Assembleias Gerais; (iii) da vigência das Debêntures; e (iv) das Hipóteses de Vencimento Antecipado.

10.3.3. As alterações dos *quoruns* estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou das disposições estabelecidas nesta Cláusula 10.3 deverão ser aprovadas, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas da Primeira Série e da Assembleia Geral de Debenturistas da Segunda Série ou em qualquer outra subsequente, por Debenturistas da Primeira Série que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por Debenturistas da Segunda Série que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, conforme o caso.

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 41



10.3.4. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais, e não ser quando ela seja solicitada pelo Agente Fiduciário nos termos desta Escritura de Emissão, hipótese em que será obrigatória.

10.3.5. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

11.1. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura de Emissão, que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (b) as Controladas Relevantes são sociedades por ações ou sociedades empresárias do tipo limitadas, conforme o caso, devidamente organizadas, constituídas e existentes de acordo com as leis da República Federativa do Brasil;
- (c) está devidamente registrada como companhia aberta, categoria "A", perante a CVM, estando com seu registro de companhia aberta atualizado e em dia com todas as obrigações relevantes aplicáveis às companhias abertas nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis;
- (d) seu Formulário de Referência, elaborado nos termos da Instrução CVM 480, está atualizado e todas as informações nele contidas atendem ao disposto na Instrução CVM 480, em especial aos artigos 14 a 19, e o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Emissora e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos em todos os aspectos relevantes;
- (e) as informações constantes do Formulário de Referência elaborado pela Emissora nos termos da Instrução CVM 480, e disponível na página da CVM na Internet são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (f) tem plenos poderes, capacidade e está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão, o Contrato de Garantia e o Contrato de Distribuição e a cumprir todas as obrigações nestes previstas, tendo, então, sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura, do Contrato de Garantia e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto: (a) pelo arquivamento, no registro do comércio, e pela publicação, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, dos atos societários da Emissora relativos à Emissão e à Oferta; (b) pela inscrição da Escritura na JUCESP; (c) pelo registro do Contrato de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos; (d)

E:\Grupos\Geral\Documentos LZQ\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 42



pelo registro das Debêntures para distribuição e negociação na CETIP e na BM&FBOVESPA; (e) pelo registro da Oferta na CVM; e (f) pelo registro da Oferta na ANBIMA;

- (h) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (i) a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Garantia e do Contrato de Distribuição, e o cumprimento das obrigações previstas em tais instrumentos, inclusive aquelas relacionadas às Controladas Relevantes, não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou as Controladas Relevantes sejam parte, nem resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (j) a celebração desta Escritura de Emissão é compatível com a capacidade econômica, financeira e operacional da Emissora de forma que a emissão de Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão não deverá acarretar qualquer impacto negativo na capacidade econômica, financeira e operacional, ou na sua capacidade de honrar quaisquer compromissos e obrigações;
- (k) esta Escritura, o Contrato de Distribuição e o Contrato de Garantia e as obrigações neles previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (l) detém todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais relevantes para o exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, exceto por aquelas cuja ausência não tenha impacto adverso relevante para suas atividades;
- (m) está cumprindo com todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto com relação àqueles que estejam sendo questionados de boa fé pela Emissora;
- (n) as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2009, 2010 e 2011 e aos períodos de três meses encerrados em 30 de junho de 2012 e 2011 apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos na República Federativa do Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum efeito relevante adverso aos negócios, à situação financeira e ao resultado das operações da Emissora e de suas controladas na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora;
- (o) não tem conhecimento da existência de nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora ou às Controladas Relevantes, além daqueles mencionados no

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 43



seu Formulário de Referência, nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora;

- (p) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha impacto adverso relevante para suas atividades, bem como aquelas de outra forma descritas no Formulário de Referência da Emissora;
- (q) mantém os seus bens e de suas controladas adequadamente segurados, conforme razoavelmente esperado e de acordo com as práticas correntes no mercado;
- (r) os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são materialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- (s) não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira ou jurídica, em prejuízo dos investidores interessados em adquirir as Debêntures;
- (t) não há outros fatos relevantes em relação à Emissora não divulgados no Formulário de Referência da Emissora, cuja omissão faça com que qualquer declaração do Formulário de Referência da Emissora seja falsa, inconsistente, imprecisa, incompleta, incorreta e/ou insuficiente;
- (u) o Prospecto Preliminar (incluindo o Formulário de Referência) contém e o Prospecto Definitivo (incluindo o Formulário de Referência) conterá, nas respectivas datas, as informações relevantes necessárias ao conhecimento da Oferta pelos investidores, da Emissão, das Debêntures, da Emissora, de suas controladas, diretas e indiretas, e de suas coligadas, suas respectivas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade da Emissora, de suas controladas, diretas e indiretas, e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o Prospecto Preliminar (incluindo o Formulário de Referência) foi e o Prospecto Definitivo (incluindo o Formulário de Referência) será, nas respectivas datas, elaborado de acordo com as normas pertinentes incluindo as normas da CVM e as do Código ANBIMA, bem como não contém declarações falsas ou incorretas ou omissões de fatos relevantes;
- (v) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (w) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (x) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão;
- (y) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI e, divulgada pela CETIP, do IPCA, divulgada pelo IBGE, e que a forma de cálculo da Remuneração da Primeira Série e da Remuneração da Segunda Série foi determinada por sua livre vontade

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 44



- (z) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais aplicáveis ao exercício de suas atividades, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais que sejam igualmente relevantes para a execução de suas atividades, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo em juízo a sua aplicabilidade; e
- (aa) as informações prestadas no âmbito da Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para que os investidores interessados em adquirir as Debêntures tenham conhecimento da Emissora, suas atividades e sua situação financeira, além dos riscos à suas atividades e quaisquer outras informações relevantes à tomada de decisões dos investidores interessados em adquirir as Debêntures, na extensão exigida pela legislação aplicável.

11.2. As declarações e garantias aqui prestadas subsistirão ao término desta Escritura de Emissão, comprometendo-se as Partes a indenizar e a manter indenidas uma à outra, e suas respectivas controladoras, coligadas, controladas e afiliadas e seus respectivos administradores, empregados, consultores e agentes, contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, obrigações, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios) em que qualquer uma das pessoas acima venha a incorrer ou que contra elas venha a ser cobrado, em decorrência da inveracidade ou inexistência de qualquer de suas declarações aqui contidas.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. Quaisquer notificações, instruções ou comunicações a serem realizadas por qualquer das Partes em virtude desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Rua Olimpíadas, nº 205, 14º andar, conjunto 142/143
04551-000 – São Paulo, SP
At.: Sr. Sandro Lima / Srta. Paula Paulozzi Villar
Tel.: (11) 2169-3999
Fax: (11) 2169-3999
E-mail: sandro.lima@triunfo.com / paula.villar@triunfo.com

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Av. das Américas, nº 500, Bloco 13, Grupo 205
22640-102 – Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Gustavo Dezouart
Tel.: (21) 3514-0000
Fax: (21) 3514-0099

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 45



E-mail: agente@oliveiratrust.com.br / gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Agente Escriturador:

Itaú Unibanco S.A.

Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar

04309-010 - São Paulo - SP

At.: Sra. Cláudia Aparecida Germano Vasconcellos / Sr. Dalmir Coelho

Tel.: (11) 5029-1910 / (11) 5029-4610

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br / dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar

01452-001 – São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1400 / 2138-1400

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12.1.2. As notificações, instruções e comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima e, se enviada por fac-símile ou por correio eletrônico, na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pelo remetente. Os respectivos originais dos documentos enviados por fac-símile ou por e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) Dias Úteis após o envio da mensagem.

12.1.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

12.2.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Veracidade da Documentação

12.3.1. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, na forma prevista pela Instrução CVM 28, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. A elaboração de documentos societários da Emissora permanecerão sob sua obrigação legal e regulamentar, nos termos da legislação aplicável.

12.3.2. O Agente Fiduciário será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude de todas as informações nos documentos referentes à Emissão, sendo que, exceto pela

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 46



verificação dos índices previstos nas alíneas “p” e “r” da Cláusula 7.1 acima, o Agente Fiduciário não será responsável pela verificação daquelas informações que sejam exclusivamente técnicas e financeiras.

12.4. Independência das Disposições da Escritura de Emissão e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

12.4.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

12.5.1. Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais, nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e com relação às Debêntures estão sujeitas à execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão.

12.6. Cômputo do Prazo

12.6.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

12.7. Atualização de Valores

12.7.1. A partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, todos os valores em Reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou a Remuneração.

12.8. Despesas

12.8.1. A Emissora arcará com todos os custos: (a) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP e/ou na BM&FBOVESPA; e (b) de registro e de publicação de todos os atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura de Emissão e os atos societários da Emissora.

12.9. Lei Aplicável

12.9.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.10. Foro

12.10.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 47



Estando assim, as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 27 de agosto de 2012.

[O RESTANTE DA PÁGINA FOI INTENCIONALMENTE DEIXADO EM BRANCO]


E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 48



(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura de Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária a Ser Convogada em Espécie Quirografária e com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.")

TPI – TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.

Nome:
Cargo:


Carlo Alberto Bottarelli
RNE: W031334-P
CPF: 185.211.779-68

Nome:
Cargo:


Andrea Ferreira de Mello
Triunfo Participações e Investimentos S.A.
Gerente Jurídica


E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 49



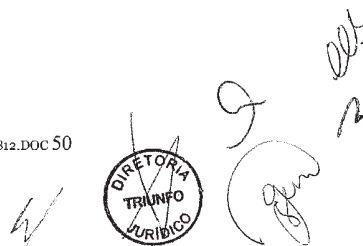

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura da Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária a Ser Convogada em Espécie Quirografária e com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.")

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: _____
Cargo: **Antonio Amaro Ribeiro de Oliveira Silva**
Procurador


Nome: _____
Cargo: **Fernando Lodi de Oliveira**
Procurador

E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 50

(Página de Assinatura do "Instrumento Particular de Escritura de Quarta Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em até Duas Séries, da Espécie Quirografária a Ser Convogada em Espécie Quirografária e com Garantia Real Adicional, para Distribuição Pública, da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A.")

Testemunhas:

Nome: Gracielle Massoqueto
CPF: 7.900.311.5 SSP/PR
RG: 029.228.489-65

Nome: Carlo La Selva
CPF: 36542260-5
RG: 229.791.688-40



E:\Grupos\Geral\Documentos LZG\TPI 2\Escritura de Emissão_280812.DOC 51

